

NEGÓCIOS

RECURSOS NATURAIS

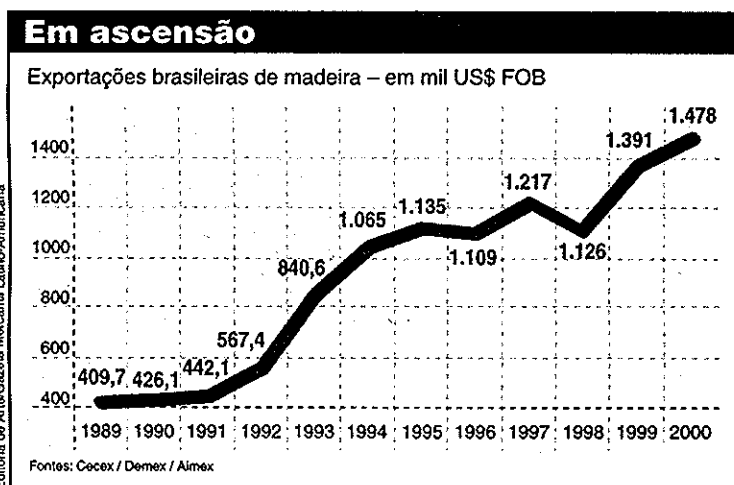
Exploração de florestas cria polêmica

Especialistas vêem riscos no Programa Nacional de Florestas, do Ministério do Meio Ambiente do Brasil

Paulo Paiva

Brasília

Mal saiu do papel, já começa a gerar polêmica o Programa Nacional de Florestas (as chamadas Flonas), que pode abrir à exploração, por madeiras, de parte dos 500 mil quilômetros quadrados de Flonas, a serem criadas até o ano 2010. A medida é questionada por parlamentares da oposição e especialistas e aplaudida por empresas madeireiras, especialmente as preocupadas com a obtenção de selos de certificação. Os primeiros acham que o projeto, na concepção original, ameaça as florestas e até a soberania nacional. Os favoráveis a ele acreditam que, ao se valorizar a floresta, com uma atividade econômica sustentável, o próprio meio ambiente estará preservado.



A pendenga promete ser árdua. Na semana passada, as deputadas Vanessa Graziotin (AM) e Socorro Gomes (PA), do PC do B, pediram informações ao Conselho de Defesa Nacional sobre o programa, elaborado pela Secretaria de Biodiversidade e

Florestas, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). As parlamentares questionam a viabilidade de criação de uma Agência Nacional de Florestas, para consolidar um Regime de Concessão de Floresta. Atualmente, são 165 mil quilômetros quadrados

de Flonas; o programa prevê a criação de mais 100 mil quilômetros quadrados, chegando em 2010 a 500 mil.

A preocupação das parlamentares é que o projeto ameace a soberania nacional ao abrir à ocupação, também por empresas estrangeiras, áreas da Amazônia, dada a possibilidade de promulgação de lei que permitirá a concessão de grandes glebas de florestas por prazo não definido, mas que pode chegar a 30 anos.

O próprio secretário executivo do MMA, José Carlos de Carvalho, falou sobre o projeto em Roma, no Comitê de Florestas do Fundo para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), em palestra

Madeireiras elogiam uso da floresta como atividade econômica

a representantes de países consumidores de madeira. Segundo ele, o PNF visa estimular o uso sustentável das florestas, incentivar o reflorestamento e apoiar atividades econômicas e sociais das populações locais. Também atuará na repressão ao desmatamento ilegal e na extração predatória de produtos florestais. Carvalho disse que o país está aberto a investimento estrangeiro sustentável no setor.

Segundo o engenheiro agrônomo Flávio Garcia,

a formação de uma agência nacional de florestas para "privatizar" as Flonas "ressuscita os contratos de risco, que o governo militar tentou criar nos anos 70 e não conseguiu". Além do mais, o país não tem experiência em explorar de maneira sustentada uma área tão grande", afirma. Para a deputada Socorro Gomes, "não há tecnologia, experiência, nem suporte logístico para garantir fiscalização". Por sua vez, o diretor do Programa Nacional de Florestas do MMA, Raimundo Deusdará, lembra que a questão ainda continua em estudo e rebate a tese de que o modelo proposto é o mesmo de há 20 anos. "Hoje, o importante é garantir valor econômico à floresta, pois do contrário continuará sendo desmatada e ameaçada por interesses, como os do setor agropecuário", diz. Segundo ele, não se trata de conceder à exploração de madeiras 500 mil quilômetros quadrados de florestas, porque muitas sequer têm vocação florestal, nem de abrir a região ao capital estrangeiro. "O importante é consolidar uma legislação que assegure os interesses do país, e isso dependerá de mecanismos que controlem a atuação das empresas do setor". □

Governo detalha projeto de concessão

O governo prepara-se para mandar ao Congresso Nacional projeto de lei com regras para a concessão de exploração de madeira e de outros recursos naturais nas florestas nacionais. As terras continuarão em poder da União, que receberá royalties pela exploração sustentável.

Pela legislação em vigor, a Flona é categoria de unidade de conservação com permissão para uso dos recursos naturais. Ficam livres de concessão apenas parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas.

A maior parte das Flonas está na Amazônia, onde em apenas uma delas, a de Tapajós, no Pará, há contrato de concessão. Com base na legislação atual, ainda falha, a empresa Florex explora desde o ano passado pouco mais de 2 mil hectares, de um total de 600 mil hectares daquela Flona.

A empresa não compra a terra, mas paga royalties à União. Com isso, um dos principais problemas da

atividade é resolvido: a imobilização de capital.

"Hoje, com a falta de um modelo florestal moderno, empresas sérias têm que imobilizar capital na compra de latifúndios para garantir uma exploração sustentável", diz Fernando Ludke, diretor da Gethal Amazônia S.A., empresa com projeto de exploração sustentável no município de Itacoatiara, no Amazonas. A Gethal possui 40,8 mil hectares, que explora há sete anos, num projeto-modelo na Amazônia.

A empresa tem 1.057 empregados e produz 2,4 mil metros cúbicos/mês de compensado de madeira, com faturamento anual de cerca de US\$ 8 milhões, 75% para o mercado externo. A coleta e produção do material obedecem todas as regras de certificação do FSC (Conselho de Manejo de Florestas), tendência que cresce no setor.

Segundo Ludke, a exploração da Flonas poderá ser viável, se adotadas regras rigorosas de controle para

empresas nacionais e estrangeiras. "É preciso zoneamento econômico e ecológico para ver as áreas a serem exploradas, garantindo a preservação das florestas, porque a própria empresa terá interesse em mantê-la". Ele lembra que, em vários pontos da Amazônia, o desmatamento continua desenfreado. "A floresta não tem valor econômico, é desprezada, derrubada e queimada", diz. "O avanço do homem na região é inevitável e a salvação das Flonas pode ser um correto plano de utilização de seus recursos."

O diretor técnico da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), Guilherme Carvalho, acha que o governo já devia ter dado início ao projeto de exploração das florestas nacionais. Para ele, só falta regulamentar, pois o projeto tem apoio de empresas e ONGs sérias. Carvalho acha "besteira" falar de segurança nacional. "Nós podemos promover uma

exploração sustentável, rentável para o país, desde que sejam obedecidas regras rigorosas."

Ludke acha que as madeiras asiáticas vão chegar ao país dentro de 3 a 5 anos, porque o estoque em seus países está acabando. "O preço no mercado internacional vai subir, vão querer vir para cá, por isso é preciso regras que sejam obedecidas", diz o diretor da Gethal, com 85% de seu capital nas mãos de investidores norte-americanos. Para Guilherme Carvalho, o temor da vinda dos asiáticos é infundado, fala-se disso desde os anos 70. O agrônomo Flávio Garcia é menos otimista: "Eles destruíram tudo por onde passaram". □